



Universidade Federal do Pará

**PROGRAMA UFPA, TERRITÓRIOS DE ACOLHIMENTO E  
INTEGRAÇÃO**

**BELÉM – PA  
2023**

## UFPA, TERRITÓRIOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

Meu sonho é que a universidade seja vivida ao mesmo tempo como formação profissional e como alegria presente....

Meu problema é, pois, o da alegria dos estudantes universitários. Como as alegrias podem libertar-se das dificuldades, das não-alegrias que formam a trama mais visível da vida dos estudantes?...

Alegrias, na medida do possível, advindas do estudo, do conhecimento, da pesquisa e também do relacionamento com os professores e colegas (SNYDERS, 1995, p. 10).

### 1. Justificativa

Em que condições as não alegrias, sem nunca desaparecer, podem ser compensadas, superadas nas alegrias, superar-se em alegrias? Pergunta-se Georges Snyders (1995) em relação a vida do/a estudante universitário, cheia de alegrias e de não-alegrias.

Este programa objetiva instituir uma cultura de acolhimento aos/às estudantes da UFPA, por meio da articulação de ações de diferentes setores universitários de acolhimento e de integração, longitudinais e processuais, da comunidade universitária, de modo a construir um ambiente institucional mais saudável e a combater a evasão, particularmente, nos cursos de graduação.

**Histórico de políticas afirmativas na UFPA.** A UFPA vem desenvolvendo nos últimos anos ações efetivas que favorecem a garantia do direito à educação superior de populações que historicamente tiveram esse direito negado. Inicialmente a UFPA criou políticas próprias de ações afirmativas com a criação de vagas adicionais para Indígenas e quilombolas e depois para pessoas com deficiência entre 2005 e 2009 e a partir de 2012 passou a atender a política do sistema nacional de cotas estabelecendo como base do ingresso dos 50% das vagas do processo seletivo (PS) a oriundos da escola públicas e suas interseções incluídas as vagas para negros (de cor parda e cor preta), pessoas em vulnerabilidade socioeconômica e Pessoas com Deficiência.

Para além da política nacional, a UFPA implementou políticas afirmativas específicas tais como o acréscimo de vaga adicional para PcD no PS e a criação dos processos seletivos especiais (PSE) para indígenas, quilombolas, pessoas do campo, migrantes e apátridas.

As políticas de ações afirmativas ao mesmo tempo que garantem o acesso e inclusão social impõe a Universidade o desafio com a permanência dos estudantes, no intuito de fazer com que o espaço acadêmico também seja um lugar de acolhimento, de pertencimento e de valorização da diversidade e da pluralidade de pessoas e suas especificidades, seja ela cultural, econômica, religiosa, linguística, social ou de algum tipo de deficiência.

Por meio dessas políticas a universidade democratizou o acesso à educação superior e, com isso, modificou o perfil de seus discentes. Considerando apenas os/as discentes da graduação, a última pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das universidades federais, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES (2019), registrou que a UFPA tem 85% de discentes na faixa de renda per capita de até 1,5 salários mínimos, 72% de estudantes oriundos de escolas públicas e 85% de pretos, pardos e indígenas. Dados da SAEST de 2021 revelam que a UFPA tinha 1.813 quilombolas, 297 indígenas, 627 PCDs e 17 migrantes.

Esse processo de inclusão social coincide com a qualificação da universidade, atestada pela presença de nossa instituição nos mais prestigiados rankings de excelência universitária do mundo. Essa concomitância entre excelência acadêmica e inclusão demonstra que a Universidade Federal do Pará fez a opção correta quando adotou de forma firme as políticas de quotas, garantindo o acesso, além de se comprometer com os processos que auxiliem a permanência dos estudantes de grupos sociais vulneráveis.

Embora a Universidade tenha avançado bastante no que se refere a inclusão, mostra-se necessário que sejam asseguradas as condições de permanência desses estudantes para que o esforço até então empreendido não seja infrutífero. É necessário que a cultura institucional esteja coerente com esse perfil diversificado dos/das discentes e que novas práticas de gestão, ensino e de convivência sejam incorporadas pela comunidade como um todo.

É desafiador, quanto a isso, desenvolver estratégias de combate ao sofrimento e ao adoecimento estudantil, que é fator de mal estar discente e de evasão, nos cursos de graduação e pós-graduação. Trata-se de enfrentar, institucionalmente, diferentes fatores que criam e potencializam o sofrimento individual e coletivo que corroem e destroem o bem-estar dos alunos, gerando processos de adoecimento que boicotam a permanência destes na Universidade.

**Quanto ao bem estar dos estudantes.** Esse programa visa enfrentar as situações de sofrimento e adoecimento dos estudantes, por meio de estratégias que favoreçam o acolhimento e a integração discente aos territórios da Universidade Federal do Pará, para promover esta universidade como um espaço de relações sociais mais saudáveis, prevenindo a criação de situações capazes de produzir o sofrimento e o adoecimento discente e também possíveis danos causados por situações já existentes.

Visa ainda incentivar a articulação entre os diferentes setores universitários em um trabalho de interface entre educação e saúde, como ações que qualifiquem e dignifiquem a vida, bem como ampliem as possibilidades de experiências formativas a partir das especificidades dos sujeitos. O sofrimento psíquico aqui é entendido como “o desconforto mental que traz angústia ao indivíduo, interferindo na vida diária em vários aspectos (acadêmicos, interpessoais etc)” (BEKMANN et al, 2021, p.04), que se revelam na forma de ansiedade, depressão e ideação suicida, por exemplo.

Conforme pesquisa da ANDIFES realizada em 2018, com os estudantes de graduação da UFPA:

- 53,3% disseram já ter apresentado dificuldades emocionais que interferiram na sua vida acadêmica;
- 9,4 disseram ter tido ideia de morte; e
- 7,5% apresentaram pensamento suicida.

Esses resultados revelam uma situação preocupante, já agravada pela pandemia da Covid e pelo aumento da pobreza no país, que impactam decisiva e negativamente na vida das pessoas. Situação comprovada pelo crescente atendimento de estudantes pelos diferentes serviços psicológicos vinculados à Superintendência de Assistência Estudantil que, no ano de 2022, somente no primeiro semestre, já tinha atendido mais estudantes em seus serviços psicológicos que no ano anterior inteiro.

O acolhimento e a integração, assim como a inclusão, são fatores importantes que favorecem o sentimento de pertencimento e a permanência dos estudantes em seus cursos. Por isso, a necessidade premente da UFPA promover uma cultura institucional acolhedora e de integração dos estudantes, procurando envolver todas as faculdades, todos os gestores e todos os servidores na tarefa de fazer da Universidade Federal do Pará uma instituição capaz de articular o rigor acadêmico com relações sociais respeitadas, democráticas e humanizantes.

Toma-se aqui o acolhimento como processo, como um processo, como a constituição de um canal permanente de aproximação e de escuta aos alunos, o que requer a manutenção de relações dialógicas e respeitadas. Dessa forma o acolhimento não tem um responsável por fazê-lo pois é encontro de sujeitos, vivências e culturas; é postura ética de escuta, de solidariedade e de empatia com os mais vulneráveis, principalmente, que estejam em situação de sofrimento e/ou risco econômico-social. É também posicionamento político em favor de relação institucionais e pessoais democráticas e de respeito aos direitos humanos.

Do mesmo modo, é fundamental também que a UFPA mantenha-se intransigente com práticas que contribuam para o sofrimento estudantil e a evasão estudantil, como todas as formas **de violência física e simbólica** (racismo, homofobia, misoginia, capacitismo etc), bem como a **violência psicológica**, tais como intimidação, humilhação, xingamentos e agressão física, de uma pessoa ou grupo contra um indivíduo, de modo que seja garantido que todos e todas possam aprender considerando suas especificidades sem discriminação, promovendo a alegria do e no aprender.

Reconhece-se aqui, portanto, que a universidade não pode ignorar as situações de adoecimento e/ou sofrimento estudantil e deve buscar procedimentos de promoção do acolhimento estudantil, assumidos como estratégias promotoras da integração dos estudantes aos seus cursos e à instituição, bem como rompendo com o silenciamento às diferentes formas de violência existentes.

O silenciamento, a invisibilização e o ocultamento das realidades que envolvem povos originários do Brasil, e de outros países do continente americano, são recorrentes e intencionais, pois fazem parte de práticas racistas. Kércia Peixoto (2017) observou em sua pesquisa etnográfica que os povos originários, também denominados como indígenas, nem sempre percebem que sofrem racismo e por isso não trazem em suas narrativas a violência que vivenciam. Segundo Denise Cardoso (2022), o silenciamento não diz respeito apenas aos modos de não considerar o que os povos subalternizados têm a dizer, pois ele se refere também ao não dito decorrente da não percepção da relação entre as violações de seus direitos e o racismo. Diante disso, e conforme a reflexão trazida por Gayatri Spivak (2010), é importante considerar a escuta e acerca das demandas trazidas por grupos sociais subalternizados.

Além dos silenciamentos, o racismo se utiliza de práticas (discursos e narrativas imagéticas) preconceituosas, e outras ações marcadas por diferentes tipos e níveis de violências, como é o caso das políticas não oficiais de extermínio provocadas pelo descaso com a saúde e com a segurança pública, ou seja, a partir daquilo que Achille Mbembe nomeou como necropolítica (MBEMBE, 2018), ou diante do epistemicídio, cuja prática consiste na desconsideração e desrespeito com os conhecimentos ancestrais, conforme assinalou Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 1997). Desse modo, percebe-se o racismo em várias expressões, algumas não nítidas e em outras ele ocorre de maneira mais brutal.

O racismo é um fenômeno que, segundo Zélia Amador de Deus (2019), “tem como um dos seus suportes a crença na naturalização da superioridade do colonizador e, em consequência, na existência de grupos naturalmente hierarquizados”. Expresso como um discurso ideológico com base na exclusão de certos grupos, o racismo é uma violência manifesta tanto em formas sutis e, também em situações contundentes.

Segundo indica Joel Rufino dos Santos (1984), o racismo no Brasil, em relação às pessoas negras, expressa-se em várias modalidades. Dentre estas modalidades ressalta que apresentamos uma ideia negativa das pessoas negras e buscamos o embaquecimento ao considerar que as pessoas brancas são melhores do que as pessoas negras, notadamente as de cor preta. Em decorrência disso, naturalizamos a desumanização chegando a tratar os pretos e pretas como “bicho”. Ainda no dizer de Rufino dos Santos (1984), a sociedade brasileira se considera, de um modo geral, como um país não racista. Cabe destacar o que Silvio Almeida (2018) indica em relação ao modo como o racismo se estrutura e se configura como prática vivenciada em diferentes contextos socioculturais. Para Silvio Almeida, o racismo é estrutural e sustenta a exclusão e outras formas de violência, muitas vezes, de maneira imperceptível. O racismo também é identificado como uma prática individual (pessoal) ou quando as instituições adotam práticas e regras que excluem pessoas negras (principalmente as de cor preta).

Na perspectiva das relações sociais de gênero, nota-se que o acolhimento às mulheres no contexto da UFPA exige a superação de práticas machistas e sexistas, pois, ainda são registrados casos de diferentes formas de violência. Com base em premissas

que consideram o feminino como inferior ao masculino, pessoas de diferentes categorias (docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo) manifestam o preconceito, assédios e outras violências por conta da diversidade de gênero. De acordo com pesquisa realizada por Jéssica Lima (2022), sobre a participação de mulheres em cargo de chefia na UFPA, as mulheres brasileiras enfrentaram inúmeras batalhas para acesso à educação, uma dessas batalhas foi o combate ao analfabetismo. Em seu estudo, Jéssica Lima indica que na virada do século XIX para o XX, as mulheres representavam 80% da população analfabeta, uma batalha que começou a ser vencida a partir do Censo de 1991. A partir dos censos de 1872 a 2010, foi identificado que em 1991 as mulheres superaram os homens no ensino superior (51%) (LIMA, 2022 *apud* SOARES, MELO E BANDEIRA, 2014). No demais níveis de ensino Lima (2022) ressalta esta maior proporção assim distribuída: elementar (51,2%), 1º grau (51,8%), 2º grau (54,5%) – atualmente identificados, respectivamente como ensino fundamental e ensino médio.

Quanto à população LGBTI+, evidencia-se que ocorre uma luta diária e incansável pela garantia e manutenção de seus direitos, muitos garantidos na Constituição Federal, mas que não são praticados no cotidiano da sociedade brasileira. A sigla, que traz consigo diferentes orientações sexuais e identidades de gêneros, refere-se a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais e mais a amplitude de entendimento sobre sexualidade. Ressalta-se que a população LGBTI+ é plural não apenas em sexualidade, mas em todas as suas vivências. Diante disso, diálogos baseados na empatia e no afeto poderão contribuir na quebra do paradigma que torna pessoas LGBTI+ anormais.

Viver em um ambiente hostil, seja no âmbito da família ou nos espaços públicos, como é o da universidade, é uma realidade excludente e dolorosa. A possibilidade de uma pessoa LGBTI+ desenvolver doenças como ansiedade e depressão é muito mais alta. Logo, lutar por políticas públicas relacionadas à saúde mental da população LGBTI+ é fundamental, pois o direito de amar outras pessoas, sejam elas do mesmo sexo ou não, deve ser garantido a todas, todos e todes.

Segundo dados do Grupo Gay da Bahia, o Brasil registrou 329 assassinatos de LGBTI+ em 2019. O número é 19% menor que o registrado no ano anterior, porém não significa que a violência diminuiu, visto que existe uma enorme subnotificação nos casos, pois não existem levantamentos oficiais realizados por órgãos públicos. Dois dados divulgados recentemente mostram também a realidade da população LGBTI+ no contexto de pandemia. Segundo uma pesquisa realizada pelo Coletivo #VoteLGBT, os casos de tensão familiar, depressão e desemprego tiveram aumento nos últimos meses, desde o início do isolamento social como medida de prevenção à COVID-19. Já a Associação Nacional das Travestis e Transexuais (ANTRA), divulgou um boletim com dados sobre os registros de assassinatos de pessoas travestis e transexuais. Segundo o boletim, houve um aumento de 13% no número de casos registrados nos meses março e abril de 2020, considerados o início da pandemia. Enquanto a média de vida para a população brasileira é de 73 anos, para a população LGBTQI essa média é bem menor,

sendo de 36 anos para transgêneros, uma vida encurtada pela violência, principalmente, mas também pelo preconceito excludente em questões de saúde e educação.

Nos últimos anos, algumas conquistas ajudaram a fortalecer a busca por direitos. Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou uma ação que pedia a criminalização da LGBTIfobia, que agora está equiparada ao crime de racismo. Em 2021, o STF aprovou uma outra ação, desta vez sobre a doação de sangue pela população LGBTI+. Também são direitos a união estável, o casamento civil, o nome social na esfera federal e o processo de redesignação sexual pelo Sistema Único de Saúde. Direitos esses que garantem cidadania a população LGBTI+. Por certo, combater violências proporcionará um ambiente menos hostil e mais seguro para pessoas LGBTI+ no contexto da universidade.

O capacitismo é outra forma de opressão e discriminação e que envolve diretamente o público Pessoa com deficiência. Atitudes capacitistas na Universidade pode gerar exclusão e abandono de um curso pela pessoa com deficiência, especialmente quando a construção social que envolve a forma de ver e de agir com as pessoas com deficiência ainda é embebido pela ideia do “corpo perfeito” e da incapacidade, quando estes são subestimados na sua capacidade de exercer qualquer ação no espaço social ou do mercado de trabalho em razão do seu tipo de deficiência (DIAS, 2013).

De acordo com a Lei brasileira de inclusão, nº 13.146 de 2015, quanto trata do “Direito à igualdade e da não discriminação”, estabelece que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Nesse sentido o capacitismo associado à discriminação é

toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (BRASIL, 2015)

Portanto, a luta pelo anticapacitismo significa eliminar barreiras que envolvem as pessoas com deficiência, valorizar suas capacidades e talentos e respeitar o uso de suas tecnologias assistivas e ao mesmo tempo permitir ou criar alternativas por meio de adaptações razoáveis para que a pessoa seja incluída na academia e no curso que escolheu. Lutar contra o capacitismo é acima de tudo praticarmos a cultura anticapacitista com as pessoas com deficiência.

**Sobre Evasão.** Segundo Morosini (2009) as principais causas da chamada “evasão” na educação superior são: a) os aspectos financeiros relacionados à vida pessoal ou familiar do estudante; b) os aspectos relacionados à escolha do curso, expectativas pregressas ao ingresso, nível de satisfação com o curso e com a universidade; c) os aspectos interpessoais – dificuldades de relacionamento com colegas

e docentes; d) os aspectos relacionados com o desempenho nas disciplinas e tarefas acadêmicas – índices de aprovação, reprovação e repetência; e) os aspectos sociais, como o baixo prestígio social do curso, da profissão e da universidade elegida; f) a incompatibilidade entre os horários de estudos com as demais atividades, como, por exemplo, o trabalho; g) os aspectos familiares como, por exemplo, responsabilidades com filhos e dependentes, apoio familiar quanto aos estudos etc.; e h) o baixo nível de motivação e compromisso com o curso.” (apud COIMBRA, SILVA e COSTA, 2021).

Os fatores de ordem contextual, pedagógica e psicológica também são indutores ao processo de evasão na educação superior. Fatores como falta de identificação com o curso; decepção com o mercado de trabalho, com o curso ou com a instituição de ensino, dificuldades para conciliar os estudos com o trabalho, falta de didática, baixa qualificação ou pouco engajamento dos professores para lecionar, falta de apoio familiar e dificuldade de relacionamento com pares e professores são apontados como relevantes.

Por outro lado, alguns estudos apontaram que a decisão de permanência no curso é fruto de um processo multideterminado e longitudinal, que resulta da relação entre as condições pessoais, relacionais, contextuais e acadêmicas. E “esta variedade de fatores sinaliza a baixa eficácia de ações isoladas no combate ao abandono de curso, sejam essas intervenções em aspectos institucionais (currículo, corpo docente e infraestrutura física) ou pessoais (informação e interesse pelo curso, recursos financeiros e suporte social/emocional)” (Andrade e Teixeira, 2017, p. 515). Por isso a necessidade de essa questão ser enfrentada de forma integrada pela instituição.

Caracteriza-se como “**evasão por exclusão**” a perda do vínculo de um estudante com o curso, instituição ou sistema de ensino superior originada por “distorções institucionais em suas estruturas didáticas e curriculares ou por incapacidade institucional de combater as vulnerabilidades e garantir o direito à educação” (COIMBRA, SILVA e COSTA, 2021, p. 14). Esse Programa, portanto, tem a tarefa assumida de combater esse tipo de evasão por meio de ações de acolhimento e de integração.

Não é necessário discorrer aqui sobre os desperdícios da evasão, em particular os pessoais e os econômicos, já que se reconhece na literatura da área que toda evasão representa desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos” (COIMBRA, SILVA e COSTA, 2021).

A taxa de evasão na UFPA tem se mantido em torno dos 11% nos últimos anos, tendo ficado em 11,72% no ano de 2021<sup>1</sup>, o que significa a exclusão de mais de cinco mil alunos de graduação anualmente. Nos campi do interior do estado essa situação é mais grave. Dados da Proeg apontaram as taxas de 40%, 17% e 35%, nos anos de 2019, 2020 e 2021, respectivamente.

---

<sup>1</sup> Dados da PROEG-UFPA.

Apesar de ter avançado o reconhecimento desse fenômeno, alguns autores apontam que as universidades, em sua maioria, não investem em programas voltados ao combate da evasão e ao seu acompanhamento. Segundo Andrade e Teixeira (2017, p. 515), as instituições de educação superior tendem a olhar a evasão “pelo dimensionamento ou quantificação do fenômeno, sem uma investigação mais aprofundada dos aspectos psicossociais e contextuais implicados”.

Segundo esses mesmos autores, considerando as diferentes áreas de abrangência do Programa Nacional de Assistência Estudantil os diferentes aspectos que mais influenciam a permanência dos alunos nos seus cursos são o apoio pedagógico (apontado por 20% da amostra), acessibilidade (18,6%), moradia (18,2%), transporte (12,4%) e saúde (10,6%) (Andrade e Teixeira, 2017).

Considerando que vários são os fatores que impactam na decisão de permanência dos discentes em seus cursos, sendo essa decisão resultado da relação entre as condições pessoais, relacionais, contextuais e acadêmicas. Considerando ainda que, como já dito acima, a integração dos/das estudantes ao ambiente acadêmico é fator favorável à sua permanência, portanto deve ser preocupação de todos e todas o fortalecimento dos diferentes coletivos acadêmicos e juvenis já existentes e que cumprem também essa missão. Em 2018, por exemplo, 44,6 % dos estudantes de graduação participavam de atividades científicas e acadêmicas, tais como iniciação científica (11%), projetos extensão (9,3%), estágio (9,3%), monitoria (5,4%), entre outros, e 30,9% dos/das estudantes de graduação participam de movimentos coletivos tais como o movimento estudantil (8,4%), as Atléticas Estudantis (6,6%), movimentos artísticos e culturais (3,5%), movimentos negros (3,4%) e movimento LGBTQI+ (3,4%), entre outros.

O enfrentamento da evasão, por meio da implementação de ações que favoreçam o acolhimento e a integração dos estudantes à instituição, é, portanto, uma das finalidades desse programa.

## **2. Objetivos**

São objetivos deste programa:

- i. Articular os diferentes setores da Universidade Federal do Pará à promoção e implementação de práticas de acolhimento e de integração estudantil;
- ii. Promover uma cultura institucional e acolhimento e de promoção ao sentimento de pertencimento dos alunos nos territórios universitários da Universidade Federal do Pará;
- iii. Estimular práticas de ensino, de pesquisa e de extensão que articulem a excelência acadêmica com o acolhimento e o respeito aos direitos humanos;

- iv. Enfrentar o sofrimento e o adoecimento discente;
- v. Combater a todas as formas de violência física, simbólica e psicológica, tais como intimidação, humilhação, xingamentos e agressão física, de uma pessoa ou grupo contra um indivíduo; e
- vi. Promover o debate acerca do papel institucional de acolher, integrar e formar bons profissionais com boas práticas cidadãs.
- vii. Fomentar ações de promoção da aceitação às diferenças, bem como o estímulo ao sentimento de pertencimento à Universidade.

### **3. Estratégias e procedimentos**

- i. O programa será desenvolvido, sob a liderança da Reitoria da UFPA, por meio de ações integradas de diferentes órgãos vinculados à administração superior, definidas pelos próprios setores.
- ii. Será designado pelo Magnífico reitor um GT de coordenação, com a participação de representações setoriais da UFPA e do movimento estudantil, que fará o monitoramento e os encaminhamentos necessários à execução do programa.
- iii. As ações serão desenvolvidas em torno de cinco eixos principais:
  - a) Ações de acolhimento, inclusão, integração e apoio à saúde mental dos estudantes da UFPA.
  - b) Ações de combate às diferentes formas de violências física, simbólica e psicológica.
  - c) Ações de inovação educativa, valorizadoras de estratégias de ensino, pesquisa e extensão acolhedoras.
  - d) Ações de cultura e lazer que estimulem a participação estudantil em manifestações lúdicas, artísticas e culturais.
  - e) Ações de comunicação que estimulem práticas participativas, de interação e de melhor acesso às informações do cotidiano acadêmico.

#### **b. Ações setorializadas**

- i. As ações a serem implementadas e/ou desenvolvidas pelos diferentes órgãos da universidade, de natureza acadêmica ou administrativa, dos diferentes campi, serão identificadas e publicizadas a partir de planejamento próprio.

### **4. Do acompanhamento e da avaliação**

Define-se que bimestralmente ele será objeto de acompanhamento e registro das atividades realizadas e que, após 1 ano de execução será objeto de uma avaliação pelos diferentes interlocutores envolvidos, na realização de um seminário de socialização das práticas de acolhida pelas unidades universitárias, sob a responsabilidade do GT de coordenação.

## Referências:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AMADOR DE DEUS, Zélia. **Ananse tecendo teias na diáspora:** uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse. Belém: SECULT/PA, 2019.

**ANDIFES / Fonaprace.** Relatório da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Brasília: Andifes, 2019.

ANDRADE, Ana Maria Jung de e TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. **Áreas da política de assistência estudantil:** relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. In: Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017.

BECKMANN, Aline e outros. **Precisamos falar sobre saúde mental.** Projeto Roda Viva. Belém: SAEST-UFPA, (2021).

**BRASIL.** Lei nº 13.146 de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão. Senado federal, 2015.

CARDOSO, Denise Machado. Povos indígenas da Amazônia e o racismo no século XXI. In: COLARES, Anselmo Alencar [et al] (Org.) **Vozes e desafios para o século XXI:** Dos povos da Guyana Francesa aos rios da Bacia Amazônica Brasileira. Belém: ED19, 2022. 259-275.

COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa e COSTA, Natália Cristina Dreossi. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e228764, 2021. Pp. 1-19

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. In: **Anais do II Simpósio Internacional de Estudos sobre Deficiência.** 2013; São Paulo. p. 5.

LIMA, Jéssica Valéria. **A mulher em cargo de gestão na UFPA.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública. 2022. 135f.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

PEIXOTO, Kércia Priscilla Figueiredo. Racismo contra indígenas: reconhecer é combater. **Revista Anthropológicas.** Ano 21, 28(2): 27-56, 2017

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 4. ed, 1997, 348p.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo** - Coleção Primeiros Passos 7. Editora: Brasiliense. Edição: 7ª Edição. Ano: 1984.

SNYDERS, Georges. **Feliz na Universidade.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.